

Base de Dados de Lisboa

Um Instrumento para a Competitividade Urbana

Vítor Matias Ferreira *

João Seixas **

Elisabete Lopes ***

Sérgio Santos Silva ****

In Memoriam José Lobato

A base de dados sobre Lisboa, que no seu enquadramento instrumental aqui sucintamente se apresenta, resultou de um concurso limitado aberto pela Ambelis – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A., tendo sido posteriormente adjudicado ao Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, através de um dos administradores daquela Agência, o Dr. José Lobato. No momento da divulgação desta base de dados, os autores do referido estudo aproveitam a oportunidade para homenagear a Memória daquele administrador, precisamente através da presente publicação.

Apresentação

A construção de uma base de dados para a Região de Lisboa, detalhada, actualizada, e incisiva, nos seus distintos e hipotéticos direccionamentos, teve em conta os objectivos específicos da entidade que encomendou o mencionado estudo, sem que, por isso, se colocasse em causa a independência e a idoneidade nas metodologias e visões sobre a realidade em questão. Acontece, contudo, que para além dessa mesma necessidade, os objectivos intencionados pretendiam que o estudo a realizar pudesse contribuir para elucidar os factores de "competitividade urbana", isto é, os factores que permitissem colocar e evidenciar, de modo consistente e peregrino, a cidade de Lisboa, não só na sua configuração urbana, mas inevitavelmente também, na sua projecção metropolitana, nomeadamente a nível internacional.

No entanto, por razões que a nota prévia não deixa de elucidar, o estudo previsto não teve o necessário e fundamental seguimento no sentido da sua divulgação e disponibilização, ficando-se, assim, pela apresentação da referida base de dados, ainda que orientada para objectivos concretos. Mas também é certo, como sabemos, que as bases de dados não são "neutras", no fundo, tal como a generalidade dos materiais de natureza social. Ao leitor, contudo, a advertência para ter em conta as presentes "chaves de leitura"!

Objectivos da Base de Dados

A Informação: Precioso activo de identificação e afirmação

Actualmente, cada vez mais decisões que acabam por ser de uma influência capital para os diferentes aglomerados urbanos envolvidos, têm como base informações provenientes em bases de dados e em classificações de cidades, efectuadas por diversos tipos de organismos cuja qualidade, segurança e actualização das fontes muitas vezes não é segura, e pode não corresponder à realidade.

Urge, assim, que uma cidade que se pretende implantar como um pólo de competitividade face aos mais diversos tipos de decisão de localização, desde a implementação de um importante aglomerado de valor acrescentado económico e de rendimento, até a simples decisões de onde passar umas férias, tome a seu cargo directo, com determinação, a que:

- Os seus dados de caracterização se definam com qualidade, fidelidade e segurança;

* Catedrático de Sociologia. Investigador-Coordenador do CET.

** Departamento de Geografia Humana, Universidade Autónoma de Barcelona. Investigador do CET, Lisboa.

*** Socióloga. Colaboradora do CET.

**** Estudante de Sociologia e Planeamento. Colaborador do CET.

- Que estes se encontrem o mais actualizados possíveis;
- Que abarquem os mais diversos indicadores, por forma a fornecer aos utentes e necessitados da informação, do que estes efectivamente necessitam;
- Que estes se apresentem sob as formas mais acessíveis possíveis de leitura e disponibilidade para os diferentes interessados;
- Que se proporcione uma estrutura de Base de Dados de fácil interligação com outros meios de divulgação (dos quais o exemplo actual mais paradigmático será a Internet),
- Que esta estrutura permita uma lógica de uma fácil actualização dos dados;
- E finalmente, que esta informação se possa apresentar numa base comparativa, perante outras regiões e cidades, em "rankings" cuja metodologias de elaboração e apresentação sejam as mais adequadas e fiáveis possível para as tomadas de decisão de quem procura a informação.

As realidades de Lisboa

Com uma superfície perto dos 300 mil hectares e uma população próxima dos três milhões de habitantes, o território urbano que se pode considerar como a Região Urbana de Lisboa (e que no nosso entender, se verificarmos em termos funcionais, poderá ultrapassar, em algumas áreas, a própria Área Metropolitana de Lisboa), constitui um território que se apresenta com uma ocupação com níveis ainda muito desiguais de ocupação, de qualidade de vida, de equipamentos e de infra-estruturas.

Esta aglomeração urbana constitui, desde há diversas décadas, um espaço de forte concentração demográfica. Neste sentido, tem-se assistido a uma intensificação, de uma forma progressiva, das mais diferentes actividades económicas e sociais neste território. Mas também se vem acentuando como um lugar privilegiado para a polarização dessas mesmas actividades económicas e sociais.

A cidade tem-se especializado em actividades essencialmente terciárias, nomeadamente ao nível comercial e da distribuição, e mesmo actividades 'quaternárias' (ao nível de oferta de serviços de alto valor acrescentado), nos mais diversos serviços privados e públicos para as actividades de consumo e de produção. Este factor tem fortíssimas repercussões na ocupação do solo e na ocupação social do território, com evidentes consequências económicas e culturais.

Actualmente, aposta-se claramente em propostas que giram em torno de uma ideia de cidade (e seu território), que se pretenda adequada ao redescobrimto de uma nova urbanidade e de novos conceitos de centralidade (o que, de alguma forma, se explicita no Plano Estratégico da cidade de Lisboa, e no mais recente PROTAML, entre outros documentos de fundo). Denotam-se, claramente, novas oportunidades mobilizadoras da capital do país, de uma procura de uma visão que enquadre um caminho a percorrer pelo século XXI, pelo aprofundamento das suas relações com as diferentes dimensões que a cidade tem de mais profundo: a sua dualidade Atlântica e Mediterrânica, a sua forte componente cultural, a sua vincada interligação com a Europa e os mundos além-Oceano.

Conforme se refere no citado Plano Estratégico, "posicionar e projectar Lisboa, à escala da sua área Metropolitana, como Centro Polarizador de uma Macro-Região Ibérica, com individualidade competitiva no sistema das Regiões Europeias". Agora, no início de um novo milénio e perante algumas evidências da dita globalização, acrescentaríamos: ...e também no sistema das diferentes regiões urbanas mundiais, nomeadamente no seu espaço Europeu e Atlântico.

A proposta de realização de uma Base de Dados surgiu, assim, com um objectivo fundamental: dotar a Cidade-Região de um instrumento fundamental perante novas dimensões sociais, económicas e culturais, em que a cidade procura a sua afirmação e respectivo protagonismo. Esse instrumento, aqui apresentado, procura constituir, assim, um instrumento de informação, mas também de projecção daquela Cidade-Região, através de uma actualização dos dados existentes, das metodologias inerentes à sua obtenção, do tratamento e formas de disponibilização, que permitam, nomeadamente, a sua inserção em tabelas e "rankings" internacionais de hierarquias urbanas. Antes, porém, de apresentarmos a referida base de dados, julga-se importante assinalar algumas das metodologias seguidas de organização daquelas bases, tendo em vista, directa ou indirectamente, a formação de "rankings" e, portanto, também a dita competitividade urbana.

Metodologias de Competitividade – Lisboa e os "rankings" internacionais

Enquadramento e Contextualização

Desde há muito, tem-se desenvolvido o campo da Estatística e da elaboração e análise

de dados como um dos pilares não só da investigação científica nas mais variadas áreas, mas também como primordial suporte de tomada de decisões, muitas vezes difíceis decisões políticas e de investimento (quer público quer privado).

Por outro lado, os diversos fenómenos a que hoje em dia chamamos comumente de "Globalização" têm acentuado de uma forma profunda (e num certo sentido paradoxal, face à noção de "aldeia global") a componente territorial/local nos mais variados campos. As próprias dimensões políticas se alteram, não só com um certo esvaziamento do Estado-Nação, mas seguramente com a maior relevância das dimensões supranacionais, por um lado, e locais, por outro. Assim, campos como a importância de estratégias e planeamento territorial, de regiões administrativas, a competitividade entre cidades, a qualidade de vida dos cidadãos, a divisão territorial das linhas de valor acrescentado das multinacionais, as competências e atribuições dos órgãos locais, firmaram-se definitivamente temas primordiais nos debates dos anos 90, e serão áreas chave na próxima década.

Estas duas evoluções originaram, em anos recentes, uma necessidade fundamental de construir baterias sólidas e fiáveis de estatísticas e indicadores territoriais. As cidades, como dimensão por excelência do desenvolvimento humano do território, tornam-se objecto de mensuração e análise estatística, por suporte a reflexões, debates e decisões que todos sentimos cada vez mais intervenientes com o nosso bem estar e sustentabilidade. Consequentemente, assim se têm desenvolvido as estatísticas e correspondentes bases de dados territoriais.

Existem actualmente diversas instituições, na Europa e nos EUA, nomeadamente, que se preocupam na investigação, recolha, elaboração e exposição de indicadores urbanos. Estas instituições poder-se-ão dividir em dois campos distintos:

- Instituições independentes dos órgãos de governação urbana – Nomeadamente, Universidades e Centros de Investigação de temáticas urbanas; Organismos Internacionais, como a ONU e a OCDE; Instituições privadas e semi-privadas, cujo objectivo será fornecer aos seus clientes informação importante para as suas decisões – como por exemplo instituições que trabalham no campo imobiliário, ou no sector bancário de "corporate investment" internacional;

- Associações e Departamentos Públicos que têm como fim essencial a promoção do Território Urbano que representam – Órgãos que podem ser para-municipais, regionais, ou mesmo departamentos de ministérios centrais.

Evidentemente, tal como para uma nação, pode-se desenvolver uma bateria extremamente complexa de estatísticas e indicadores para um qualquer determinado território. Assim são desenvolvidas as Bases de Dados territoriais, como esta agora elaborada para a Região de Lisboa.

Ao mesmo tempo, o exercício da sistematização e da recolha de dados numa série concentrada, que abarque o essencial de determinado território, nas suas diferentes dimensões, e que permita considerações comparativas, quer em termos de evolução, quer com outros territórios, é um exercício também fundamental para os objectivos pretendidos nesta era (a bem ou a mal) de crescente competitividade.

Procuremos, então, assinalar, de modo necessariamente breve, algumas das diferentes baterias de indicadores utilizadas internacionalmente, bem como alguns dos "rankings" mais conceituados e utilizados, quer por investigadores, investidores internacionais, quer por quaisquer outros cidadãos, seja por motivos turísticos, ou por qualquer tipo de análise ou curiosidade.

Metodologias de Classificação

i) DATAR

Para o DATAR¹, que desde 1987 tem procurado diversas formas de sistematização de indicadores urbanos, desenvolvendo, também, tabelas de "rankings" de cidade europeias, existirão três critérios-base de caracterização urbana: a função internacional; as novas tecnologias; o comportamento demográfico. Contudo, já em 1989 se compreendia que seriam necessários diversos anos até se atingir uma uniformização adequada, primeiro nas formas de recolha, segundo nos próprios indicadores das diferentes cidades, "et pourtant" com diferentes características, muito provavelmente de impossível comparação... Dimensões como o "conteúdo social" das cidades, formas de sociabilidade, solidariedade, ou possíveis fracturas internas, como serão mensuráveis?

Porém, e ao mesmo tempo, este organismo logo concluiu, também, que decisões fundamentais para o desenvolvimento urbano, nomeadamente decisões de investimento, se funda-

¹ "Les Villes Européennes", 1989

mentam, essencialmente, nas especificidades de cada cidade, na sua capacidade de evolução, mais do que no seu lugar inerente a hierarquias momentâneas e, por isso, efémeras.

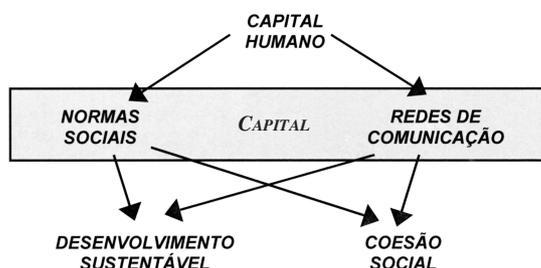
Não se deve, contudo, retirar mérito àquele que foi o primeiro organismo europeu a dedicar-se seriamente a uma sistematização de indicadores urbanos. Terá sido uma excelente rampa de lançamento para debates mais aprofundados, dos quais temos hoje, felizmente, importantes reflexões.

ii) OCDE

Um organismo com a relevância internacional da OCDE, tem também dedicado uma ênfase especial a estes temas. Em 1999², a OCDE efectuou um *workshop* com alguns dos principais especialistas mundiais nesta área de informação estratégica urbana. Foram delineadas 15 áreas chave de análise:



Este exercício vem no seguimento de uma linha metodológica que contempla dimensões base de análise de um território, de acordo com o seguinte esquema:



iii) Rankings de cidades europeias - London School of Economics and Political Science(Paul Cheshire)

Perante tarefas extremamente complexas de obter dados fidedignos, comparáveis e actuais para territórios até então não propriamente sujeitos a aprofundados estudos estatísticos, e também perante listagens complexas de indicadores fundamentais para definir o desenvolvimento urbano, inevitavelmente surgiram enormes problemas às primeiras tentativas de elaboração de "rankings" urbanos.

A solução encontrada foi concentrar a investigação num número muito restrito de indicadores que, em conjunto, pudessem demonstrar, mesmo que de uma forma simplista, o grau de desenvolvimento urbano. Os trabalhos de Paul Cheshire são um bom exemplo deste tipo de metodologia. Foi elaborado um Índice Composto (a que se chamou Urban Index), índice esse que contempla apenas cinco indicadores de base: Dois indicadores económicos – O PIB per capita e o nível de desemprego; dois indicadores demográficos – a população e o saldo migratório; e um indicador de conforto e desenvolvimento da urbanidade – a procura de viagens aéreas (quer de recreio quer de negócios).

iv) Healey & Baker (Multinacional do sector Imobiliário)

O relatório que a empresa multinacional do sector Imobiliário Healey & Baker publica anualmente³ é certamente, apesar de apresentar apenas um índice composto (mas formado por diversos indicadores), um dos mais interessantes documentos de análise neste exercício de reflexão sobre índices de avaliação e construção de "rankings" de territórios urbanos. Por duas ordens de razões:

1. Pela "posição no terreno" da empresa, o que, com cerca de 30 escritórios espalhados pelas principais cidades mundiais, lhe permite deter uma visão integrada e, ao mesmo tempo, uma apreensão extremamente real do quotidiano de cada cidade;
2. Porque, ao se tratar de uma empresa que actua no ramo imobiliário, e não estando direccionada para um específico sector em particular, procura atingir qualquer instituição interessada no desenvolvimento urbano de cada cidade, qualquer que seja o seu fito. Os negócios imobiliários são consequência das mais variadas formas de interesses, desde objectivos de capitalização

² Second OECD Expert Workshop - "Frameworks to Measure Sustainable Development", 2-3 de Setembro de 1999, Paris.

³ "European Cities Monitor", Healey and Baker, 1997.

de empresas privadas, até objectivos plurais de instituições públicas e internacionais. Por esta preocupação de abrangência, este relatório é, por conseguinte, um documento muito interessante a analisar do ponto de vista do *City Marketing!*

Surge, porém, uma questão importante: a recolha dos dados é efectuada por meio de entrevistas a um relativamente restrito universo de agentes (513 entrevistas efectuadas, perante uma selecção das 15 000 maiores companhias internacionais). Esta metodologia, se por um lado não abrange o universo de cada área em análise, permite, por outro lado, formar índices substantivos, de opinião, o que muitas vezes são mais relevantes do que os próprios dados em si.

v) *Union des Banques Suisses*

Esta proposta apresenta-se também interessante, mas somente do ponto de vista puramente económico, visto fundamentar-se apenas na apresentação de "rankings" de preços, custos e salários em diversas cidades espalhadas pelo mundo. Neste âmbito, as metodologias seguidas são muito restritas: são simples recolhas dos preços de uma série de itens, desde mercadorias até custos de mão de obra, passando por preços de áreas de diversos tipos.

vi) *Indicadores urbanos elaborados pela DGOTDU e INE (Portugal, Setembro de 1999)*

De acordo com as recentes políticas de planeamento territorial, também em Portugal se tem procurado uma conceptualização, de uma forma minimamente sistematizada, de algumas ferramentas de utilização na gestão e no marketing urbano.

Neste âmbito, a DGOTDU e o INE trabalharam em conjunto na produção de uma série de indicadores, quer para as duas áreas metropolitanas portuguesas, quer para o conjunto das cidades médias (Programa PROSIURBE), para além de outras áreas urbanas do continente. Foram definidas seis dimensões de análise, com uma pequena série de indicadores para cada uma dessas dimensões. Estes indicadores serviram de base para pequenos "rankings" de comparação de índole nacional, nomeadamente tendo em conta as diferentes realidades territoriais acima referidas. A questão que se prende com estes dados é que, na sua maioria, são dados relativos aos censos de 1991. Porém, apresenta-se já uma metodologia bastante interessante, que se

revelará certamente útil com a contribuição dos dados do futuro censo de 2001.

Uma Proposta Metodológica – a Sistematização de Indicadores

Apresentadas, sucintamente, algumas das metodologias seguidas para "classificar" as diversas aglomerações urbanas, poderemos entrar, propriamente, na proposta metodológica adoptada. Recorde-se que os objectivos dessa proposta eram os de permitir uma discussão mais fundamentada sobre a temática da competitividade urbana, pelo que não espantará começarmos, precisamente, por tentar situar esse mesmo enquadramento.

A competitividade urbana e a relevância da informação

Um protagonismo crescente das cidades e uma progressiva projecção, interna e externa, das suas características, mas sobretudo das suas potencialidades económicas, sociais e culturais, têm constituído alguns dos temas mais em voga, a propósito da *competitividade urbana*. Sabendo-se o papel, cada vez mais central, que as cidades têm vindo a representar no actual contexto internacional, sobretudo ao nível económico e político, aquele protagonismo e aquela projecção implicam, necessariamente, uma nova problematização sobre os modos de organização urbana, sobre novas funções e competências e, em certa medida, sobre uma eventual "especialização urbana" a assumir por aquela mesma centralidade cidadina.

No entanto, é bom ter presente que aquela competitividade urbana não constitui uma temática propriamente original. E, contudo, significativamente, a sua plena actualidade aparece, hoje, estreitamente associada ao processo dominante da *globalização*, nomeadamente dos mercados e dos fluxos financeiros, das inovações e dos instrumentos decorrentes das novas tecnologias e das novas divisões funcionais e sectoriais do trabalho e, conseqüentemente, dos padrões de investimento. Mas, por outro lado, aquele processo de globalização incide, ainda, numa acentuada padronização e numa progressiva homogeneização de modos de vida social e de estilos de atitude cultural, de padrões e comportamentos de consumo e dos próprios projectos individuais.

Isto significa que aquele processo de globalização não se reduz à esfera propriamente

produtiva e reguladora da economia, abrindo-se, cada vez mais, aos sectores da *reprodução social e da vida quotidiana*, nas suas dimensões públicas ou privadas, mas também ao nível colectivo e individual. O que significa o alargamento, de resto já assinalável em fase anterior do desenvolvimento do capitalismo, daquele processo de globalização, não só do campo propriamente económico, mas igualmente da esfera social e cultural, atravessando, assim, plenamente, as sociedades ditas nacionais, mas efectivamente "globalizadas" a um nível cada vez mais transnacional!

Por outro lado, é bom recordar que a globalização é um processo – por isso falamos de processo de globalização – e não uma condição inerte na sua própria dominação. Não se trata de mera retórica linguística, mas de uma exigência de compreensão daquelas formas de dominação e das próprias contradições inerentes aos modos de concretização e de alargamento desse mesmo processo de globalização. Uma tal constatação implica, pois, uma análise aprofundada da própria dinâmica societal, conflitual e contraditória, comportando, por isso, potencialidades, mas também limites àquelas mesmas tendências de progressiva globalização da economia, da cultura e da política.

Em todo o caso, parece haver uma lógica dominante nestes processos de globalização, acentuando-se, assim, ao nível territorial, o que se pode designar por uma dinâmica de "espaço de fluxos", como diz Castells, que estruturam um sistema de dominação em rede – *rede de fluxos*, precisamente – através da qual se exerce, efectivamente, aquela mesma globalização. Mas, exactamente porque não se está perante fenómenos de determinismo, haverá lugar para colocar naquele "mapa", o que o mesmo autor designa de "espaço de lugares", através dos quais se projectam as características identitárias e se assumem as especificidades sociais e culturais dos diversos aglomerados – e, portanto, também das cidades – numa dialéctica desigual, é certo, mas em confronto e em contraposição com aquela mesma dominação globalizada.

Por isso, será redutor limitar a dita competitividade urbana à sua dimensão estritamente económica, ainda que, sem dúvida, esta dimensão constitua, claramente, um factor central naquele processo de globalização. Mas, assim como esta mesma dimensão fica obrigada, na prossecução desses mesmos objectivos, ainda que extremamente restritivos, a formas mais ou menos sofisticadas de cooperação, neste caso económica

(cfr. Grupo de Lisboa, 1992), assim também aquela competitividade urbana apela, se não mesmo exige, modos e instrumentos de cooperação urbana. Ao fim e ao cabo, *a competitividade urbana é indissociável da própria cooperação entre as cidades*.

Tal é o quadro genérico, contraditório e paradoxal, em que podemos situar a dita competitividade urbana. E se nos parece importante sublinhar a sua natureza contraditória, isso permite-nos ressaltar boa parte dos estudos e das propostas que, baseados sobretudo em critérios e factores de dominante económica, procuram situar as cidades – muitas vezes as "suas" cidades – em "rankings" de hierarquização duvidosa, e duvidosa, sobretudo, porque limitada a uma avaliação restrita das qualidades e, mais ainda, das potencialidades dessas mesmas cidades.

Em tais condições, parece correcto admitir que existe uma diferenciação significativa entre, por um lado, uma avaliação, tão rigorosa quanto possível, dos pressupostos e das condições daquela competitividade urbana e, por outro, dos objectivos e do "público-alvo" do que tem vindo a ser designado de *marketing* das cidades. Deste modo, se, no primeiro caso, as dimensões analíticas são, fundamentalmente, de ordem económica, social e cultural, no segundo, o que está em causa é, claramente, da esfera política. Ou, por outras palavras, se o que nos ocupa, neste momento, é da ordem do *analítico*, a segunda postura é, manifestamente, de índole normativa.

Bem sabemos que aquela intenção diferenciadora não é neutra. Que a própria problematização da competitividade urbana está dependente do tipo de informação disponível, da selecção das variáveis e dos indicadores que são suposto caracterizar e potenciar aquela mesma competitividade e, ao fim e ao cabo, do próprio uso e manuseamento daquela informação, entretanto sistematizada. Tal como também sabemos que aquele "*marketing* urbano" não tem de se orientar em função de posturas de mistificação ideológica e política, procurando "vender" as cidades como se se tratasse de um produto do supermercado. Como é evidente, não está em causa nenhuma "pureza" analítica, mas a afirmação de que estamos perante *dois registos* diferentes de algumas questões semelhantes.

Estratégias de Investigação

No seguimento do programa de trabalhos apresentado inicialmente, e também no âmbito

das diversas reuniões mantidas, foram realizados diversos documentos que, de forma sequencial, se considera importante aqui apresentar. A primeira versão da base de dados foi composta por duas grandes áreas de indicadores – *Indicadores Quantitativos e Indicadores Qualitativos*:

i) *Indicadores Quantitativos*

1. Aspectos Morfoestruturais
2. Geografia Física e Ambiente
3. Demografia e Composição Social
4. Actividades Económicas
5. Emprego e Formação
6. Infra-estruturas
7. Parque Edificado
8. Uso e Ocupação do Solo
9. Cultura, Turismo e Lazer

ii) *Indicadores Qualitativos*

1. Indicadores de Economia
2. Indicadores de Qualidade de Vida
3. Indicadores de Ambiente Urbano
4. Indicadores de Enquadramento Institucional e Político

Os objectivos essenciais que sustentaram o desenvolvimento desta base de dados foram os de proporcionar um completo e amplo "armazém" de informação, contendo o máximo de informação relevante possível (embora, naturalmente, já cuidadosamente estruturada), para se poder utilizar das mais distintas formas necessárias, consoante cada necessidade.

O conjunto da base de dados foi desagregada pelos diferentes níveis territoriais, desde os dados globais do continente, até ao nível do concelho (para a Região de Lisboa e Vale do Tejo), sempre que tal foi passível de apresentação. Porém, para alguns indicadores uma tal desagregação não foi possível. Tal situação deveu-se ao facto de a informação não existir ou de não ter sido disponibilizada pelas instituições ou organismos contactados. Na sua totalidade, esta base de dados inicial apresentava mais de 400 tipos de indicadores distintos, o que, tendo em consideração as diferentes áreas territoriais analisadas, corresponde a cerca de 20 000 dados.

Ainda numa primeira fase, foram construídos diversos instrumentos:

- Uma tabela de comparação de dados seleccionados (referentes essencialmente ao continente), tendo como base os dados comparativos fornecidos por instituições como a

OCDE, o Banco Mundial e as Nações Unidas;

- Um texto de apresentação das principais conceptualizações na construção de bases de dados, sua relevância para o desenvolvimento e afirmação de cada cidade e formas de construção destas. Também se apresentaram diferentes soluções de desenvolvimento de baterias de indicadores e bases de dados desenvolvidas quer por instituições de cariz internacional, quer por distintas cidades e regiões. Este documento, efectuada após uma análise cuidada de múltiplas "boas práticas" utilizadas por diferentes cidades e instituições internacionais, tem como fim essencial a reflexão para uma sistematização de uma bateria seleccionada de indicadores para a cidade de Lisboa e inclusão de alguns de seus dados mais relevantes em "rankings" internacionais.

Perante as diversas sistematizações, sucintamente referidas, e de acordo com as características específicas da Região de Lisboa, procedeu-se, então, a um exercício de construção de uma bateria própria de Indicadores para Lisboa. Mas uma bateria que se tornasse no principal "*tableau de bord*" de análise da cidade e de onde fosse possível extrair as informações mais relevantes, de uma forma eficaz e resumida, para diferentes tipos de análise, consoante os destinatários da informação.

Após uma análise exaustiva das distintas práticas e metodologias de elaboração de baterias de indicadores elaborados por diferentes instituições, cidades e regiões na Europa, assim como nos Estados Unidos da América, foi-se efectuando uma aproximação gradual a uma proposta de apresentação de uma bateria resumida de indicadores para Lisboa.

Cinco áreas de base foram seleccionadas: i) *Estrutura e Performance Económica*; ii) *Educação, Formação e Cultura*; iii) *Qualidade de Vida e Coesão Social*; iv) *Infraestruturas e Equipamentos*; v) *Qualidade Ambiental*. A escolha destas áreas prendeu-se com as dimensões mais estruturantes na caracterização de um território urbano, disponibilizando-se a informação, de uma forma sistematizada, para os mais distintos tipos e necessidades de análise e de recolha de informação.

A panorâmica que cada uma destas dimensões toma, na sua leitura, depende muito de uma cuidada escolha de determinados indicadores seleccionados para cada área. Na escolha dos indicadores para cada dimensão (que se podem ver no esquema seguinte), procuraram-se atingir

ESTRUTURA E PERFORMANCE ECONÓMICA	EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CULTURA	INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS
PIB PER CAPITA PODER DE COMPRA NÍVEIS DE EMPREGO RENDIMENTO MÉDIO DAS FAMÍLIAS ESTRUTURA ECONÓMICA PRODUTIVIDADE INVESTIMENTO EXTERNO ÍNDICE DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL INVESTIMENTO EM I&D EMPREGOS EM NOVAS TECNOLOGIAS NÍVEIS DE COMUNICAÇÃO CONSUMO DE ENERGIA INDICADORES DE TURISMO TRÁFEGO AÉREO	NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E QUALIFICAÇÃO GRAUS DE SUCESSO ESCOLAR INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO INSTITUIÇÕES CULTURAI E DESPORTIVAS	SOLO URBANIZADO ACESSIBILIDADES CUSTOS DE TIPOS DE ÁREAS (Hab/Com/Esc/Ind) EQUIPAMENTOS (Escolares, de Saúde, Culturais, Turísticos)
	QUALIDADE DE VIDA E COESÃO SOCIAL	QUALIDADE AMBIENTAL
	DENSIDADE MÉDIA ALOJAMENTOS E OCUPAÇÃO MÉDIA NÍVEIS DE DESEMPREGO NÍVEIS DE SAÚDE NÍVEIS DE CONSUMO ESPECTÁCULOS CULTURAI OCUPAÇÃO TURÍSTICA CRIMINALIDADE NÍVEIS DE ABSTENÇÃO	CLIMA QUALIDADE DAS REDES DE ÁGUA QUALIDADE DAS REDES DE SANEAMENTO REDE DE TRANSPORTES URBANOS POLUIÇÃO URBANA ESPAÇOS NATURAI

diversos objectivos, em que a fiabilidade e a eficiência não deixassem de estar presentes.

A apresentação desta bateria seleccionada de indicadores foi feita, então, através de duas formas:

- Um dossier (em papel e informático) contendo os principais indicadores para cada uma das diferentes dimensões, de acordo com o esquema acima delineado, e para as diferentes unidades territoriais (sempre que tal foi exequível);
- Um conjunto de tabelas-resumo de apresentação daquela selecção de indicadores, uma tabela para cada diferente dimensão. Nessas tabelas, procurou-se atingir, fundamentalmente, o objectivo da simplicidade e eficácia de análise de dados que se apresentem como bons sintetizadores das realidades presentes de Lisboa. Assim, para cada área acima referida, seleccionou-se um indicador específico, representativo da situação nessa dada área. Por exemplo, como "indicador de níveis de saúde", surge o número de camas de unidades de saúde, por cada 10 000 habitantes, enquanto que como "níveis de cultura", seleccionou-se o número de espectáculos por cada 1000 habitantes. Evidentemente, existem dados de base fundamentais, como por exemplo o PIB per capita. Nestas tabelas também se apresentam índices comparativos da cidade de

Lisboa, com os restantes territórios abordados.

Algumas Observações Finais

Existem três pontos fundamentais que tornam a construção de "rankings" de cidades num projecto extremamente ambicioso:

- Em primeiro lugar, existe a necessidade de se obterem os diferentes indicadores para todas as diferentes cidades que se pretendam objecto de comparação;
- Em segundo lugar, é necessário que esses indicadores se interliguem da mesma forma, isto é, sejam recolhidos com os mesmos critérios, nos mesmos anos, em áreas territoriais de índole semelhante – uma situação à partida quase impossível de existir, não obstante a procura de "normalização" de indicadores de base, designadamente pelas instituições internacionais. Vejamos: se numa determinada cidade se medem as "acessibilidades" de uma determinada forma, existem certamente inúmeras outras formas distintas e indicadores diferentes para medir cada noção própria de "acessibilidades" – ora, tal não existe de uma forma efectivamente uniformizada, nomeadamente ao nível das diferentes cidades europeias;
- Finalmente, a construção de "rankings" implica a apresentação de dados muito

sintéticos, que pressupõem, em poucos números, situações de comparabilidade. Para tal, é necessário uma metodologia específica de desenvolvimento de índices de resumo, como por exemplo o índice apresentado pela multinacional Healey & Baker, o índice de instalação de negócios. Também esta situação não se coaduna com os diferentes esforços individuais de cada cidade ou região na disseminação de informação sobre as suas realidades.

Essencialmente por estas questões, não espanta que (não obstante o grande interesse que este tipo de listagens sempre atrai, quer para efeitos de estudos e análises, quer para efeitos de decisões de diferentes agentes e indivíduos) o surgimento de "rankings" bem elaborados e com bases sólidas de fiabilidade tenha-se pautado por um carácter muito aleatório.

Com efeito, a construção de "rankings", cuja base de apoio sejam indicadores que não estejam "normalizados", como atrás referimos, pode inclusivamente trazer "efeitos perversos". No nosso caso, todos sabemos os problemas que Lisboa tem, ao serem comparadas as suas características, as mais das vezes em termos apenas do seu próprio limite municipal, com autênticas regiões metropolitanas de outros territórios (como por exemplo Madrid, que se apresenta, em termos de dados, as mais das vezes, através do território completo da sua Comunidad Autónoma, ou Paris, através da sua região da "Ile-de-France").

Em todo o caso e para terminar, relembra-se o que dissemos no início – nenhuma base de dados é, por si só, um instrumento neutro, face à realidade social e política em que ela própria é constituída. Esperemos, pois, que os parâmetros com que a presente Base de Dados foi construída, sejam suficientemente explícitos para se entender os seus próprios objectivos.